

Nota Informativa

Edição 061/2023

DESTAQUES

FNDCT terá crédito suplementar de R\$ 4,1 bilhões em 2023 para projetos de inovação

Haddad agora fala que haverá “digital tax” para compras até US\$ 50

Anatel publica Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório

Operação Escola Segura vai continuar no nível máximo, diz Dino

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Webinário vai apresentar projetos apoiados pelo Centro Brasil-Argentina de Nanotecnologia

Redes sociais fazem o que querem e precisam ser responsabilizadas, diz especialista do governo

PL das Fake News: parecer prévio fortalece CGI.br, cita Cade e seleciona sugestões do governo

Criptomoedas: aumento de 40% nos golpes de phishing acende sinal amarelo

TCU: atuação de Anatel e MCom cria lacuna sem política pública de longo prazo

Soluções para os desafios do país estão na ciência, diz ministra em audiência pública na Câmara

Anatel vai liberar rede 5G em mais 282 municípios na próxima semana

Ministério da Gestão vai garantir contribuições ao PPA pela internet

Ministra garante que investimento em ciência, tecnologia e inovação é prioridade do governo

ANPD: reclamações por fraudes e golpes com dados pessoais crescem 70%

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Medidas para PPPs e concessões federais são lideradas pela Casa Civil, diz Ceron

Ricardo Capelli, que foi interventor no DF, vai assumir o GSI

MCTI nomeia diretor para área de clima e sustentabilidade

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Claudio Cajado será o relator do projeto do arcabouço fiscal

Medidas de crédito não são imediatistas e não contaminam discussões de política monetária, diz Ceron

Medidas de arrecadação “serão quase constantes”, diz Galípolo

Receita cobra IR sobre pagamento de software

Governo quer permitir uso de recursos de planos de previdência como garantia de empréstimos

Governo estuda ajustes em arcabouço durante tramitação no Congresso

EDUCAÇÃO

Escola Superior de Redes promove evento para celebrar papel das mulheres na área de TI

Brasil ganharia R\$ 111 bi se elevasse taxa de alunos que concluem o ensino médio

JUDICIÁRIO

Gilmar Mendes muda voto e abre caminho para volta de imposto sindical

Plenário confirma parâmetros para julgamento de ações sobre fornecimento de medicamentos pelo SUS

Justiça dá 24h para Telegram entregar dados à PF, sob pena de ter o serviço suspenso no Brasil

POLÍTICA

Guimarães duela com Lira para indicar emendas na Câmara

Lira confirma Cajado como relator do marco fiscal na Câmara

Padilha defende Gonçalves Dias e diz que governo apoia instalação de CPMI do dia 8 de janeiro

Governo Lula deveria ter defendido CPI do 8/1 desde o início, diz Pacheco

Pacheco cobra de Campos Neto “redução imediata” dos juros

Lira reafirma que o Plenário precisa discutir projeto sobre fake news e redes sociais

Projeto criminaliza o cancelamento e o linchamento virtuais

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula antecipa viagem a Portugal em meio à crise do GSI

Lide Brazil Conference começa quinta (20) com participação de Pacheco e governadores; assista

Projeto da LDO de 2024 torna obrigatório pagamento de contribuições a organismos internacionais

SAÚDE

Teleconsultas impulsionam profissionais a usar tecnologia

TRABALHISTA

AGU defende extinção de ação sobre correção do FGTS

DESTAQUES

FNDCT terá crédito suplementar de R\$ 4,1 bilhões em 2023 para projetos de inovação

Poder Executivo | 19/04/2023 – 21h32min

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) da Câmara dos Deputados realizou na quarta-feira, 19, audiência pública com a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos. Na ocasião, a chefe do MCTI informou a liberação de R\$ 4,1 bilhões neste ano para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT). A ministra disse que pediu ao presidente Lula um crédito suplementar para o fundo, que na gestão passada foi contingenciado. "Recompomos os recursos do FNDCT. Dessa forma, o governo enviou um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) pedindo abertura de crédito suplementar de R\$ 4,1 bilhões para ser usado agora em 2023", afirmou. Isso possibilitará investimentos e financiamentos de projetos de inovação em diversos setores, prosseguiu a ministra Luciana Santos. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad agora fala que haverá “digital tax” para compras até US\$ 50

Poder Executivo | 20/04/2023 – 12h29min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 5ª feira (20) que haverá um “digital tax” (imposto digital) para o comércio eletrônico em compras de até US\$ 50. Ele afirmou que haverá um “plano de conformidade” da Receita Federal para o segmento. “Para evitar problema, nós vamos seguir o exemplo dos países desenvolvidos, que é o que ele chama no exterior de ‘digital tax’, um imposto digital. Ou seja, quando o consumidor comprar, ele está desonerado de qualquer recolhimento de tributo. O tributo terá sido feito pela empresa sem repassar para o consumidor nenhum custo adicional”, declarou em entrevista a jornalistas. A alíquota do eventual imposto não foi mencionada. Haddad também não detalhou como fará para assegurar que as empresas não repassem o custo do imposto para

o preço do produto e, conseqüentemente, para o consumidor. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel publica Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório

Poder Executivo | 20/04/2023 – 11h51min

A Anatel publicou o Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, projeto previsto na Agenda Regulatória para o biênio 2023-2024. Este é primeiro Relatório de ARR elaborado pela Agência, em atenção ao Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a Análise de Impacto Regulatório (AIR). Veja a íntegra do Relatório de ARR. A Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) tem como objetivo a “verificação dos efeitos decorrentes da edição de ato normativo, considerados o alcance dos objetivos originalmente pretendidos e os demais impactos observados sobre o mercado e a sociedade, em decorrência de sua implementação” (art. 2º, III, do Decreto nº 10.411, de 2020). O monitoramento da regulamentação é etapa importante para o processo regulamentar, considerando-se a possibilidade de identificar que a regulamentação não atingiu seus objetivos de maneira satisfatória. ”. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Operação Escola Segura vai continuar no nível máximo, diz Dino

Poder Executivo | 20/04/2023 – 13h04min

O ministro de Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que a operação Escola Segura vai continuar no nível máximo, principalmente na 5ª feira (20), e nos próximos dias. “Vamos manter o monitoramento no nível máximo ao longo de todo dia e também nos dias subsequentes. Estou comunicando às famílias que o presidente Lula decidiu que a Operação Escola Segura vai continuar”, disse Dino em conversa com jornalistas na 5ª feira (20). Segundo o ministro, haviam ameaças de supostos ataques a escolas para a 5ª feira (20) e, por isso, o “monitoramento” está elevado ao nível máximo. As ameaças de ataques às escolas nas redes sociais estão sendo monitorada pelo Ministério da Justiça. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Webinário vai apresentar projetos apoiados pelo Centro Brasil-Argentina de Nanotecnologia

Poder Executivo | 20/04/2023 – 09h22min

O Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN) promove na próxima terça-feira (25) o primeiro webinário do ano para apresentar as cinco pesquisas aprovadas na chamada pública de projetos cooperativos. O evento faz parte do Programa Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado no início do ano pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e o ministro de Ciência e Tecnologia da Argentina, Daniel Filmus. O webinário tem transmissão virtual a partir das 14h no canal do MCTI no YouTube. O evento tem o objetivo de promover a troca de conhecimentos, o intercâmbio de tecnologias e a divulgação da infraestrutura disponível em cada país. A chamada pública, lançada em 2022, contou com R\$ 1,2 milhão de investimento dos dois países em projetos de pesquisa voltados ao uso da nanotecnologia nas áreas de saúde, energia, meio ambiente e agricultura. Cada projeto tem um coordenador brasileiro e um argentino. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Redes sociais fazem o que querem e precisam ser responsabilizadas, diz especialista do governo

Poder Executivo | 20/04/2023 – 04h

As redes sociais não barraram a disseminação de conteúdo nos atos de 8 de janeiro e precisam ser responsabilizadas financeiramente para mudar um modelo de negócios que, hoje, gera prejuízo para a sociedade, defende a coordenadora de direitos digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a advogada Estela Aranha. Responsável na pasta pelo debate sobre regulação das big techs, ela argumenta que a punição é necessária para desestimular a máquina de fake news e ódio encontrada em algumas plataformas. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PL das Fake News: parecer prévio fortalece CGI.br, cita Cade e seleciona sugestões do governo

Poder Executivo | 20/04/2023

O parecer prévio do Projeto de Lei 2630/2020 – conhecido como PL das Fake News – elaborado pelo relator na Câmara, Orlando Silva (PCdoB/SP) inclui parte das propostas defendidas pelo Poder Executivo, mas também deixa de fora alguns pontos propostos pela equipe de políticas digitais do governo Lula. Entre as sugestões que ficaram de fora do relatório preliminar estão um capítulo dedicado à autorregulação regulada e a adoção de um prazo geral de seis meses para adequação das plataformas digitais às novas regras. O Tele.Síntese preparou um comparativo entre a primeira versão do substitutivo, apresentado em março de 2022, e a prévia que circulou entre parlamentares nesta semana. O texto define atribuições regulatórias ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e coloca o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na análise da relação entre plataformas e empresas de jornalismo. Além de incorporar algumas das ideias da minuta proposta pelo Executivo, o rascunho do novo parecer traz referência a precedentes do Judiciário e recente portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para coibir conteúdos que incitam violência nas escolas. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Criptomoedas: aumento de 40% nos golpes de phishing acende sinal amarelo

Mercado | 20/04/2023

Os sistemas antiphishing da Kaspersky bloquearam, em 2022, cinco milhões de mensagens fraudulentas que usavam como disfarce o tema de criptomoeda, um aumento de 40% em comparação com o ano anterior. Por outro lado, houve uma queda na detecção de ameaças financeiras tradicionais, como malware financeiro direcionado a bancos. Essas constatações fazem parte do último relatório sobre ameaças financeiras da empresa. De acordo com a investigação da Kaspersky, o cenário global das ameaças financeiras mudou significativamente em 2022. Em nota, Fabio Assolini, diretor da equipe global de pesquisa e análise da Kaspersky para a América Latina, apontou que muitos grupos que atuavam nessa área mudaram para operar ataques de ransomware, pois estes se tornaram muito lucrativos. Contudo, ele disse que é importante destacar que, no Brasil, mais de 90% dos malware criados no País têm foco financeiro e eles não mudaram esse objetivo. A única “mudança” que as criptomoedas e carteiras digitais foram adicionadas como alvos desses golpes financeiros já fazem parte do dia a dia do brasileiro, avaliou. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TCU: atuação de Anatel e MCom cria lacuna sem política pública de longo prazo

Poder Legislativo | 19/04/2023 – 22h12min

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou em sessão realizada na quarta-feira, 19, uma série de recomendações para o Ministério das Comunicações (MCom) e Anatel seguirem na elaboração de políticas públicas de inclusão digital e cobertura de serviços de telecomunicações. Isso porque os ministros do TCU entenderam que a utilização de instrumentos como leilão de espectro, termo de ajustamento de conduta (TAC) e obrigações de fazer utilizam princípio de interesse da coletividade, que a LGT considera que deveria acontecer apenas em caráter excepcional, e acabariam sendo políticas de curto prazo. Desta forma, o Congresso pediu ao TCU auditoria com o objetivo geral de avaliar a atuação do MCom e da Anatel quanto aos compromissos de investimentos e de abrangência acordados em diversos instrumentos regulatórios e sua aderência às políticas públicas do setor de telecomunicações, a exemplo da política de ampliação do acesso à banda larga, com qualidade e velocidade adequadas, e da política de inclusão digital. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Soluções para os desafios do país estão na ciência, diz ministra em audiência pública na Câmara

Poder Executivo | 19/04/2023 – 17h41min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, defendeu a centralidade da ciência no desenvolvimento das soluções para os desafios do país. Durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados na quarta-feira (19), ela apresentou as medidas implementadas nos primeiros cem dias de governo e aquelas que estão em construção. Para a ministra, a ciência perpassa todas as políticas públicas. “Não há soluções para as questões candentes da população brasileira, como a desigualdade, a situação climática, os desastres naturais, a reindustrialização brasileira e os investimentos públicos para a retomada do crescimento que não seja pela ciência, tecnologia e inovação”, afirmou a ministra. “Esta é a convicção que nós temos. A ciência perpassa as ações de governo. Quanto mais formos capazes de interagir e fazer a intersecção com várias das políticas públicas que são desenvolvidas no país mais perto estaremos de grandes soluções para a população brasileira”, completou.

Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel vai liberar rede 5G em mais 282 municípios na próxima semana

Poder Executivo | 19/04/2023 – 17h10min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) vai se reunir na próxima quarta-feira para liberar a implantação do 5G em mais 282 municípios do Brasil, que juntos somam 8,9 milhões de habitantes, de acordo com o conselheiro do órgão regulador, Moisés Queiroz, que também é presidente do Gaispi, grupo responsável por acompanhar a instalação da nova rede de Quinta Geração. Atualmente, 682 municípios já estão liberados para receberem o 5G, que pode ter velocidade até cem vezes superior ao atual 4G. A Quinta Geração foi lançada em julho do ano passado no Distrito Federal. - No total já há 964 municípios com uso da faixa de 5G liberado, sendo 911 antecipadamente, com população de 131,5 milhões de habitantes, o que equivale a 62% da população total - disse Queiroz ao GLOBO. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério da Gestão vai garantir contribuições ao PPA pela internet

Poder Executivo | 19/04/2023 – 16h07min

A Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão, com apoio da Dataprev,

está à frente do gerenciamento da plataforma digital para participação cidadã (Decidim) que viabilizará as contribuições da população, de forma online, na elaboração do Plano Plurianual (PPA). A plataforma será acessada por meio da conta GOV.BR e tem previsão de lançamento para 11 de maio. A plataforma possui código aberto, software livre, comunidade de desenvolvedores global e uma série de funcionalidades (ferramentas) para interação com a população. Foi desenvolvida e implementada pelo governo de Barcelona e é utilizada pela Comissão Europeia. O uso da plataforma faz parte de uma visão política de tecnologia livre e processos colaborativos. No ambiente será possível priorizar três programas apresentados pelo poder público, registrar propostas e apoiar propostas de outros participantes. O acesso e a participação serão habilitados entre os dias 11/5 e 10/7. Todas as contribuições adicionadas pela população serão analisadas e compatibilizadas pelo Governo Federal e com o Fórum Interconselhos. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministra garante que investimento em ciência, tecnologia e inovação é prioridade do governo

Poder Executivo | 19/04/2023 – 15h25min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, garantiu que o investimento na área é prioridade do governo Lula e destacou a reestruturação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT) e a recomposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDC) entre as principais ações tomadas nos 100 primeiros dias de gestão. Ela compareceu à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados, na quarta-feira (19), para apresentar o plano de ações e as políticas de governo. Em 100 dias, Luciana Santos disse que implementou ações de caráter emergencial para recuperar a capacidade científica e contribuir para a reindustrialização do País. Segundo ela, foi retomado o diálogo com a comunidade científica e acadêmica, inclusive do setor produtivo. Uma das unanimidades, disse a ministra, era a necessidade de reestruturação do CNTC, o que já foi feito por meio de decreto publicado no início de abril. Ela ressaltou que as reuniões do conselho passarão a contar com a participação do presidente Lula. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD: reclamações por fraudes e golpes com dados pessoais crescem 70%

Poder Executivo | 19/04/2023

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados divulgou um novo relatório da Ouvidoria, no qual são apresentadas as dúvidas, consultas e pedidos de informação encaminhados à autarquia ao longo de 2022. Como a ANPD ainda está elaborando regulamentos, não chega a surpreender que a maior parte (58%) das demandas tratem de esclarecimentos quanto à aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados ([13.709/18](#)). O assunto que contém o maior quantitativo de demandas envolve perguntas sobre as operações de tratamento previstas na LGPD, conforme definição constante no artigo 5º, inciso X (o conceito de tratamento de dados). Trata-se de situações concretas ou em tese para as quais os requerentes solicitaram um posicionamento da ANPD quanto à regularidade do tratamento. Chama a atenção, porém, o salto de 70% nos pedidos de informação que dizem respeito a fraudes relacionadas ao uso de dados pessoais. Segundo a ANPD, das 2.899 demandas do ano passado, 320, ou 11% do total, envolvem dúvidas de titulares de dados sobre possíveis golpes. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Medidas para PPPs e concessões federais são lideradas pela Casa Civil, diz Ceron

Poder Executivo | 20/04/2023 – 12h28min

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que as discussões sobre o desenho de apoio a PPPs que serão estruturadas pelo governo federal são lideradas pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa. Na quinta-feira, 20, a Fazenda anunciou novos instrumentos apenas para garantir as PPPs organizadas pelos estados e municípios. "Essas medidas relacionadas às PPPs e concessões do governo federal, o ministro Rui Costa está na liderança, e pode ter outras medidas que darão segurança na mesma medida (que para as PPPs de Estados e municípios). Os problemas são distintos", disse Ceron, explicando que, por esse motivo, as soluções que serão dadas para viabilizar as PPPs federais poderão ser diferentes do desenho estruturado para os entes. "O governo tem clara política de impulsionar investimentos por meio de PPPs. Vários ministérios com a Casa Civil desenham medidas para impulsionar PPPs", comentou. Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ricardo Capelli, que foi interventor no DF, vai assumir o GSI

Poder Executivo | 19/04/2023 – 19h12min

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Capelli, que foi interventor do Distrito Federal na área da segurança pública, irá assumir temporariamente o comando do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Ele, que é civil, assume no lugar do general Gonçalves Dias, que deixou o cargo na tarde da quarta-feira (19). Capelli é jornalista e homem de confiança do ministro da Justiça, Flávio Dino. Especializado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ele foi secretário da representação do Maranhão em Brasília e secretário de Comunicação do governo maranhense nas gestões de Flávio Dino e Carlos Brandão. Nos governos Lula e Dilma Rousseff, ele foi secretário nacional de Esporte Educacional e de Incentivo ao Esporte no Ministério do Esporte. O jornalista foi filiado ao PCdoB até 2015, quando se desfilou, acompanhando o gesto de Dino, e presidiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 1997 e 1999. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI nomeia diretor para área de clima e sustentabilidade

Poder Executivo | 19/04/2023 – 18h14min

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) nomeou o físico Osvaldo Moraes para dirigir o Departamento para o Clima e Sustentabilidade da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos. Com a nomeação, publicada na edição do Diário Oficial da União de quarta-feira (19), Moraes fica automaticamente exonerado do cargo de diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), o qual exerceu pelos últimos oito anos. Moraes vai reforçar a atuação do MCTI na relação entre mudança do clima, eventos climáticos extremos e estruturação de um plano para aprimorar as ferramentas de prevenção e alerta de desastres. Físico e doutor em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Moraes realizou o pós-doutorado no Atmospheric Sciences Research Center da SUNY, nos Estados Unidos. É professor titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao longo da trajetória profissional exerceu os cargos de diretor de Política e Programas Temáticos do MCTI, coordenador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do INPE e diretor-científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Claudio Cajado será o relator do projeto do arcabouço fiscal

Poder Legislativo | 20/04/2023 – 13h01min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou na quinta-feira (20), por meio de suas redes sociais, que o deputado Claudio Cajado (PP-BA) será o relator do projeto de lei complementar com as novas metas fiscais do País para os próximos anos (PLP 93/23). A proposta vai substituir o regime de teto de gastos, em vigor desde 2016, e, segundo o governo, vai “garantir a estabilidade macroeconômica” e “criar condições adequadas ao crescimento socioeconômico”. O presidente da Câmara pretende, com a colaboração dos líderes partidários, aprovar a proposta na Casa até o dia 10 de maio. “Nós temos um compromisso e um desafio muito grande de discutir uma reforma tributária no primeiro semestre. E é importante que tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes disso” disse Lira em entrevista coletiva na terça-feira, após receber a proposta do presidente Lula. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Medidas de crédito não são imediatistas e não contaminam discussões de política monetária, diz Ceron

Poder Executivo | 20/04/2023 – 12h05min

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou na quinta-feira (20) que o pacote de crédito anunciado pelo governo federal conta com medidas que não têm impacto “imediatista”, mas sim “estrutural”, e não contaminam discussões de política monetária. “Daqui a dois, três, quatro anos, veremos um mercado mais desenvolvido, tanto em PPPs quanto no mercado de crédito”, considerou o secretário. Ceron, assim como o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Barbosa Pinto, foram reiteradamente questionados a respeito de potenciais impactos para a geração de crédito, mas afirmaram que não é possível fazer essa estimativa. “São medidas de longo prazo, que não tem impacto hoje nem amanhã, mas criam mercado mais robusto”, respondeu Marcos Pinto, em linha com o que havia dito o secretário do Tesouro. O pacote para incentivar o crédito anunciado na quinta-feira (20) tem três medidas em tramitação, dez novas e três propostas da Secretaria do Tesouro, informou há pouco o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Medidas de arrecadação “serão quase constantes”, diz Galípolo

Poder Executivo | 20/04/2023 – 09h47min

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, disse que as medidas de aumento de arrecadação “serão quase constantes” para que o governo cumpra a nova regra fiscal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou na 3ª feira (18) ao Congresso o [PLP 93 de 2023](#), que traz o mecanismo que deve substituir o teto de gastos. “A intenção foi fazer com o que o arcabouço não fosse uma ideia de alguns economistas que sentaram e apresentaram uma tese”, disse Galípolo em entrevista ao jornal O Globo, publicada na 5ª feira (20). “O que tem de beleza da regra é que ela consegue colocar para a sociedade quais são os trade offs, as trocas de cada uma das escolhas”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita cobra IR sobre pagamento de software

Poder Executivo | 20/04/2023 – 05h

A Receita Federal publicou uma nova norma sobre a tributação de software. Afirma que pagamentos feitos ao exterior, por aquisição ou renovação de licença de uso dos programas de computador, classificam-se como royalties e, por esse motivo, estão sujeitos à

incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Significa, na prática, que a União ficará com 15% do valor da remessa. Ou mais: 25% se o dinheiro estiver sendo enviado para países com tributação favorecida - os chamados “paraísos fiscais”. O imposto tem de ser pago pelo consumidor brasileiro ao fazer a remessa. Quem não recolher, dizem advogados, dificilmente conseguirá enviar o dinheiro para fora do país. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo quer permitir uso de recursos de planos de previdência como garantia de empréstimos

Poder Executivo | 19/04/2023 – 23h15min

O governo Lula divulga na quinta-feira um conjunto de ações para facilitar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros nesse mercado. O Ministério da Fazenda listou um total de 13 ações, entre as quais projetos que já estão no Congresso Nacional e que o governo pedirá urgência na tramitação. Também fazem parte do pacote ações para destravar as parcerias público-privadas (PPPs) nos estados e municípios — uma bandeira do ministro Fernando Haddad, abraçada também por outros integrantes do governo. As medidas são voltadas para reduzir o que o governo considera barreiras e ineficiências existentes no mercado de crédito, proteger investidores no mercado de capitais, melhorar o funcionamento das instituições que dão suporte aos mercados bancário e de capitais, e aprimorar o processo de utilização de garantias. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo estuda ajustes em arcabouço durante tramitação no Congresso

Poder Executivo | 19/04/2023 – 21h23min

Após enviar ao Congresso sua proposta de novo arcabouço fiscal, o governo estuda fazer ajustes no texto. É analisada a possibilidade de ampliar a lista de exceções de despesas (embora, de acordo com os envolvidos, com impacto fiscal marginal), além de flexibilizar o uso da inflação nos cálculos e deixar mais claro o mecanismo de redução do limite de gastos em caso de descumprimento da meta. Conforme antecipou a Folha, o governo inseriu na proposta uma lista de 13 exceções ao limite de despesas — como o investimento feito pelo Tesouro Nacional em empresas estatais não financeiras. Há uma avaliação de que determinados conceitos similares aos que estão na relação também deveriam ser considerados. A interpretação existe mesmo após a reação do mercado à lista de medidas excetuadas do limite de gastos (semelhante à do atual teto de gastos, que será revogado com a implementação do novo arcabouço). Apesar disso, o governo planeja atuar para que as modificações não abram a porteira para a multiplicação de exceções. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Escola Superior de Redes promove evento para celebrar papel das mulheres na área de TI

Mercado | 20/04/2023

A Escola Superior de Redes (ESR), unidade de ensino da RNP, promove um evento online e gratuito, de 25 a 28/4, sobre a importância da presença das mulheres em ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A ação celebra o Dia Internacional das Meninas nas TIC (Girls in ICT Day), que, neste ano, acontece em 27/4. As inscrições ficarão abertas ao longo de todo o evento. Clique aqui para se inscrever. Iniciativa do projeto FUTI (Feminino no Universo de TI), criado pela ESR com objetivo de valorizar e fomentar a

presença das mulheres na TI, o evento contará com quatro webinários apresentados e moderados por mulheres que atuam nas áreas, e traduzidos em Libras. “A ideia da FEMTIC surgiu, justamente, para que possamos celebrar e divulgar o Girls in ICT Day e trazer à tona toda diversidade de pautas referentes ao universo das mulheres nas TICs. Acreditamos que a programação desse primeiro evento, fará muita diferença na expansão do desenvolvimento de mulheres nessas áreas”, conta a analista Acadêmica da ESR Tatiana Pontes. No dia 25 de abril, o tema será os caminhos para a liderança feminina em TIC. O seminário irá abordar a trajetória de mulheres que alcançaram postos de liderança na área de tecnologia, bem como a importância da diversidade e da inclusão nas empresas. No dia seguinte, o assunto em foco será a igualdade de gênero e seus impactos na área da tecnologia e inovação. A palestra do dia 27 vai tratar de Inteligência Artificial e como o olhar feminino pode contribuir para uma aplicação ética dessas tecnologias. No último dia do evento, palestrantes de outros países da América Latina vão falar da liderança feminina no restante do continente. Fonte: RNP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil ganharia R\$ 111 bi se elevasse taxa de alunos que concluem o ensino médio

Mercado | 19/04/2023 – 03h55min

A evasão escolar afeta diretamente a geração de renda. Essa é a conclusão do estudo, Combate à evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan Sesi), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A pesquisa indica que se a taxa de conclusão do ensino médio entre os jovens mais vulneráveis estivesse em 84%, haveria uma economia de R\$ 111 bilhões por ano nos cofres públicos. Caso o Brasil alcançasse a taxa do Chile (93,4%), esse ganho econômico seria de R\$ 135 bilhões. Atualmente, apenas 46% de brasileiros mais pobres concluem o ensino médio. Segundo a consultora em educação, técnica e coordenadora da pesquisa, Andrea Marinho, o jovem que não conclui a escola tem maior dificuldade de se colocar no mercado de trabalho. E isso pressiona os serviços do Estado voltados para atender a população mais vulnerável, como segurança, saúde e benefícios sociais. Fonte: Correio Braziliense

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Gilmar Mendes muda voto e abre caminho para volta de imposto sindical

Poder Judiciário | 20/04/2023 – 15h50min

O Ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu mudar seu entendimento em um julgamento sobre a contribuição assistencial de trabalhadores não sindicalizados e votou a favor do chamado imposto sindical. O caso é analisado no plenário virtual da Corte, em uma sessão iniciada na 6ª feira (14). Os ministros Roberto Barroso e Cármen Lúcia já depositaram seus votos e o placar está em 3 a 0 a favor da cobrança da contribuição. O imposto sindical havia sido extinto em 2017 por meio da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). Sete ministros ainda devem votar no julgamento que se encerra na 2ª feira (24). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Plenário confirma parâmetros para julgamento de ações sobre fornecimento de medicamentos pelo SUS

Poder Judiciário | 19/04/2023 – 18h28min

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, decisão liminar do ministro Gilmar Mendes que estabeleceu parâmetros para o julgamento de ações

judiciais sobre o fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em sessão virtual extraordinária na terça-feira (18), a Corte referendou, também, a suspensão nacional de recursos ao STF e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) em que se discute a responsabilidade solidária da União nas ações movidas contra os estados para essa finalidade. A liminar referendada foi deferida pelo ministro Gilmar Mendes em 17/4. Ela define que, até o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário (RE) 1366243, com repercussão geral (Tema 1.234), as ações judiciais relativas a medicamentos não incorporados pelo SUS devem ser processadas e julgadas pelo juízo (estadual ou federal) ao qual foram direcionadas pelo cidadão. Até o julgamento definitivo do recurso, que discute se União deve responder, solidariamente, pelo fornecimento desses medicamentos, fica vedada a declinação da competência ou a determinação de inclusão da União no polo passivo dessas ações. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Justiça dá 24h para Telegram entregar dados à PF, sob pena de ter o serviço suspenso no Brasil

Poder Judiciário | 19/04/2023 – 18h18min

A Justiça deu 24 horas para o Telegram repassar dados de grupos e de pessoas suspeitas de planejar ataques à escolas sob pena de suspender o serviço no Brasil. O pedido foi feito pela Polícia Federal (PF), que alega que o Telegram estaria se recusando a passar dados e informações que ajudariam na identificação destes grupos. A PF afirma que o pedido foi feito "por motivo de segurança". A Justiça Federal do Espírito Santo deferiu o pedido na quarta-feira (19). Na decisão, foi concedido ao Telegram o prazo de 24 horas após ser notificado para repassar os dados requeridos pela PF. As informações solicitadas são de grupos, inclusive neonazistas, que estariam promovendo ódio e incentivando crianças a praticar atos violentos nas escolas. As operadoras serão oficiadas de decisão que suspende as atividades do Telegram no país. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Guimarães duela com Lira para indicar emendas na Câmara

Poder Legislativo | 20/04/2023 – 15h38min

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), iniciou um duelo contra o atual presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para indicar a execução de emendas do Executivo para deputados federais. No governo de Jair Bolsonaro (PL), Lira era o responsável pela indicação. Ao governo federal, cabia aplicar as verbas acordadas. Traz força política e prestígio ao deputado. Guimarães, segundo pessoas próximas a ele e a Lira, vê nessa possibilidade um caminho para se candidatar à sucessão do alagoano. Se, por um lado, conta com suporte do governo federal que ele representa, por outro, não tem o apoio dos seus pares na Câmara. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira confirma Cajado como relator do marco fiscal na Câmara

Poder Legislativo | 20/04/2023 – 13h26min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou na 5ª feira (20) o deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA) como relator do marco fiscal na Câmara dos Deputados. "Com a celeridade que o País exige, informo que o relator do PL que trata do arcabouço fiscal será o deputado Cláudio Cajado, do Progressistas. Reafirmo aqui nosso compromisso

com o amplo debate na apreciação da matéria”, escreveu Lira em seu perfil do Twitter. Cajado é um nome de confiança de Lira e era favorito na disputa pela relatoria do texto. Outros nomes também foram cotados como Fernando Monteiro (PP-PE), André Fufuca (PP-MA) e Julio Lopes (PP-RJ). Cajado foi vice-líder do Governo na Câmara durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em 21 de março, Lira afirmou que relatoria da proposta ficaria nas mãos de um deputado do PP. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Padilha defende Gonçalves Dias e diz que governo apoia instalação de CPMI do dia 8 de janeiro

Poder Executivo | 20/04/2023 – 10h53min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na quinta-feira (20) que os líderes do governo no Congresso já foram orientados a apoiar a instalação da CPMI para apurar os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. “Orientamos os líderes desde quarta (19) que, caso a sessão do Congresso ocorra e tenha leitura de instalação da CPMI que vai apurar o golpe do 8 de janeiro, que vamos apoiar a instalação”, disse. Em entrevista a jornalistas no Palácio do Planalto, Padilha declarou que as imagens divulgadas pela CNN não mancham “a biografia e a história” do ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Edson Gonçalves Dias. “O general pediu demissão e já deu suas alegações. Ele tem uma biografia e uma história, mas tem que ser apurado”, declarou. O general pediu exoneração do cargo depois que vieram a público vídeos que o mostram com uma atitude supostamente passiva diante da invasão do Palácio do Planalto por parte de bolsonaristas. Diante da situação política insustentável, a demissão foi aceita pelo governo federal. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula deveria ter defendido CPI do 8/1 desde o início, diz Pacheco

Poder Legislativo | 20/04/2023 – 09h54min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse na quinta-feira (20) que o governo Lula deveria ter sido favorável a uma CPI para apurar a invasão de 8 de janeiro desde o início da discussão. Segundo ele, a demissão do general Gonçalves Dias do cargo de chefe do Gabinete de Segurança Institucional não muda o calendário para a instalação da comissão. “Para efeitos de CPMI, não há alguma, acho até que o governo deveria ter tido essa postura desde o início [de ser favorável à comissão]”, afirmou Pacheco durante evento do Lide em Londres. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pacheco cobra de Campos Neto “redução imediata” dos juros

Poder Legislativo | 20/04/2023 – 06h

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a redução “imediata” das taxas de juros no Brasil. Em sua fala mais contundente sobre o tema até hoje, ele disse que o Senado deu autonomia à instituição bancária, mas que é necessário ter “sensibilidade política” nas decisões. “A perspectiva da autonomia [do Banco Central] que desejávamos e desejamos no Senado Federal é para que não fosse suscetível a influências políticas indevidas. Mas há um sentimento geral hoje, que depende de base técnica, mas também de sensibilidade política, que nós precisamos encontrar os caminhos para redução imediata da taxa de juros sob pena de sacrificarmos o trabalho que fizemos ao longo do tempo”, disse Pacheco durante apresentação no Lide Conference, no Reino Unido, na 5ª feira (20). Pacheco foi aplaudido pela plateia, composta, sobretudo, de empresários. Pacheco disse, ainda, que apesar das

divergências do Legislativo com o Executivo, há um sentimento em comum de busca por taxas mais baixas de juros. “Há divergências naturais entre Executivo e o Legislativo, entre a sociedade e o mundo empresarial. Mas se há algo que nos une neste momento é a impressão, o desejo, a obstinação de reduzir a taxa de juros”, disse. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira reafirma que o Plenário precisa discutir projeto sobre fake news e redes sociais

Poder Legislativo | 19/04/2023 – 19h37min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reafirmou no Plenário que o projeto sobre o combate às fake news ([PL 2630/20](#)) será incluído na pauta de votações da última semana de abril. Ele disse ainda deverá discutir, na próxima semana, um acordo sobre os projetos que querem anular os decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para revisar o marco regulatório do saneamento. O relator do PL das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), está negociando o texto com as lideranças e o governo. Os deputados deverão analisar o requerimento de urgência – que permite a inclusão do texto na ordem do dia e depende do aval de 257 deputados – para então votar o texto. No ano passado, a urgência foi rejeitada por 7 votos. Lira defendeu a realização de um debate “amplo e claro” sobre o tema. “Não é justo para esta Casa que não tenha o seu direito de imunidade parlamentar estendido para as redes sociais; não é justo para esta Casa não ter como investigar quem planta terror na vida dos nossos filhos nas escolas; não é justo para esta Casa não debater temas de importância mais uma vez porque nos não teremos a solução deste problema se esse projeto não vier para o Plenário”, disse. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto criminaliza o cancelamento e o linchamento virtuais

Poder Executivo | 19/04/2023 – 16h44min

O Projeto de Lei 1873/23 inclui no Código Penal o cancelamento virtual e o linchamento virtual, que passam a ser punidos com pena de detenção e multa. O texto tramita na Câmara dos Deputados. O projeto define cancelamento virtual como a prática que viola a honra ou imagem de alguém por meio de redes sociais ou de qualquer outra interação virtual. A pena prevista é de seis meses a dois anos. Se praticado com o uso de contas que escondem a identidade real do usuário (perfil falso), a punição será de nove meses a três anos de detenção. A pena é ainda aumentada de um terço a metade se a prática envolver grupo formado por duas ou mais pessoas. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula antecipa viagem a Portugal em meio à crise do GSI

Mercado | 20/04/2023 – 14h08min

O presidente Lula antecipou para a noite da quinta-feira (20) a viagem que fará a Portugal, na primeira parada no país europeu após ter tomado posse, em janeiro. A viagem se dá em meio à crise do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que teve troca de comando anunciada na quarta-feira (19). Longe do país, Lula precisará contar com a destreza da base para lidar com a iminente instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos de 8 de janeiro. Já em Portugal, vai se deparar com uma extrema-direita mobilizada, que promete atos contra a sua visita e também em relação às suas declarações acerca da guerra na Ucrânia. Aliados do governo ouvidos pelo Congresso em Foco consideram a viagem fundamental para o fortalecimento dos laços

comerciais e políticos entre os dois países, mas a oposição considera a estratégia do governo de antecipar a viagem como uma tentativa de mudar o foco das discussões. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lide Brazil Conference começa quinta (20) com participação de Pacheco e governadores; assista

Mercado | 20/04/2023 – 06h39min

Começou quinta-feira, 20, mais uma edição do Lide Brazil Conference. O evento reúne empresários, políticos e ministros por dois dias em Londres para debater “oportunidades do Brasil no Reino Unido e na União Europeia”. Entre os expositores, estão o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e os governadores do Espírito Santo, Goiás, Pará e Rio de Janeiro. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto da LDO de 2024 torna obrigatório pagamento de contribuições a organismos internacionais

Poder Executivo | 19/04/2023 – 19h57min

O pagamento de contribuições do Brasil a organismos internacionais passará a ser obrigatório em 2024, conforme dispositivo incluído no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), enviado ao Congresso Nacional na última sexta-feira (14). A alteração foi proposta em um contexto no qual o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta regularizar as dívidas herdadas de administrações passadas com diversas entidades, como Focem (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul), OMC (Organização Mundial do Comércio) e OMS (Organização Mundial da Saúde). Atualmente, essas despesas são classificadas como discricionárias —ou seja, a execução fica a critério do governo, dependendo da disponibilidade de recursos. Para 2023, a atual gestão estima o pagamento de um montante de R\$ 5,6 bilhões, que engloba tanto as contribuições previstas para o ano quanto as dívidas acumuladas em exercícios anteriores. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SAÚDE

Teleconsultas impulsionam profissionais a usar tecnologia

Mercado | 20/04/2023 – 05h02min

O maior uso de teleconsultas durante os anos de pico da pandemia deve estimular profissionais da saúde a experimentarem novos recursos digitais no dia a dia, dizem médicos e especialistas em gestão e telemedicina. “A necessidade de atendimento em meio a momentos de incerteza na crise da covid-19 fez com que instituições de saúde e suas equipes avançassem com modelos de atendimento remoto e aplicativos de interação com os pacientes”, analisa Fátima Soares de Pinho, sócia para a indústria de ciências da vida e cuidados da saúde da consultoria Deloitte. “Menos da metade dos médicos diz já ter automatizado processos rotineiros de gestão de dados, como registro de anotações sobre casos e pedidos de exames”, diz a consultora, baseada em pesquisa da Deloitte com 228 profissionais de saúde no Brasil. “Esse indicador revela que ainda há espaço para implementar mais tecnologias no setor.” Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

AGU defende extinção de ação sobre correção do FGTS

Poder Executivo | 19/04/2023 – 19h55min

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu no Supremo Tribunal Federal (STF) a extinção da ação que questiona o uso da Taxa Referencial (TR) para fazer a correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O caso será julgado quinta-feira (20) pela Corte. Na manifestação enviada na quarta-feira ao STF, a AGU argumenta que as leis 13.446/2017 e 13.932/2019 estabeleceram a distribuição de lucros para os cotistas. Segundo órgão, as contas passaram a ser corrigidas com juros de 3% ao ano, o acréscimo da distribuição, além da correção pela TR. Por isso, não deve prosperar o argumento de que a remuneração dá prejuízo aos trabalhadores. "A alteração legislativa mencionada atinge o núcleo do objeto, porque já não é mais possível afirmar, a partir dela, que a remuneração do correntista seja aquela indicada na petição inicial, que o autor entende inadequada." Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br